Tribunal de Justiça
do Estado do Maranhão

CLIPPING IMPRESSO

31/08/2018

comunicação
& informação

INDICE

1. JORNAL ATOS E FATOS
   1.1. VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS..... 1 - 2
2. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO
   2.1. DESEMBARGADOR..... 3 - 4
   2.2. SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS..... 5 - 7
   2.3. VARA ESPECIAL DE COMBATE À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR ..... 8 - 9
3. JORNAL EXTRA
   3.1. AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA..... 10 - 11
   3.2. JUÍZES..... 12 - 14
4. JORNAL O IMPARCIAL
   4.1. ASSESSORIA..... 15
   4.2. DECISÕES..... 16
   4.3. PUBLICIDADE LEGAL..... 17
5. JORNAL O PROGRESSO
   5.1. JUÍZES..... 18 - 21
   5.2. VARA CÍVEL..... 22 - 24
6. JORNAL PEQUENO
   6.1. AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA..... 25 - 26
   6.2. CONVÊNIOS..... 27
   6.3. DESEMBARGADOR..... 28
   6.4. SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS..... 29
   6.5. VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS..... 30 - 31

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Shopping da Ilha deve melhorar acesso para pessoas com deficiência

PÁGINA 2

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Shopping da Ilha deve melhorar acesso para pessoas com deficiência

A Vara de Interesses Difusos e Coletivos da Comarca da Ilha realizou na quarta-feira (29) uma audiência de conciliação, envolvendo representantes da Sá Cavalcanti Participações, Shopping da Ilha, Companhia Energética do Maranhão (CEMAR), e Município de São Luís, demandados em ação popular ajuizada por uma pessoa com deficiência, também presente à audiência. Na audiência, presidida pela juíza Alessandra Arcangeli (respondendo pela unidade judicial) ficou acordado que a CEMAR e o Shopping da Ilha se comprometeram a, no prazo de 15 dias, protocolarem junto ao Município de São Luís (SEMURH) projeto/relatório de adequação técnica de acordo com a NBR 9050, que estabelece critérios e parâmetros técnicos quanto ao projeto, construção, instalação e adaptação do meio urbano e rural, e de edificações às condições de acessibilidade.

Ficou acertado, ainda, que o Shopping da Ilha submeterá ao Município de São Luís, no mesmo prazo, o projeto arquitetônico atual da edificação, a fim de que o órgão competente municipal analise a edificação de acordo com as normas técnicas sobre acessibilidade. O Município de São Luís, por sua vez, se compromete a, no prazo de 30 dias, analisar o projeto/relatório apresentado pela CEMAR, Shopping da Ilha e Espaço Reserva (Sá Cavalcante), oportunidade em que deverá apontar quais itens devem ser regularizados/reparados, a fim de que se adéquem às normas técnicas sobre acessibilidade ao shopping.

ENTENDA O CASO

A ação tem por objetivo a condenação das empresas em obrigação de fazer, visando à promoção de adaptações que eliminem as barreiras arquitetônicas existentes na referida área do Shopping da Ilha e Espaço Reserva, a fim de que atenda as normas e padrões técnicos de acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. O autor narra na ação que as áreas interna e externa do Shopping da Ilha interna apresentam vários problemas que comprometem o direito de ir e vir desse público.

Segundo o autor da ação, toda a área do shopping tem o número de rampas de acesso nas calçadas insuficiente, totalizando seis rampas na frente, duas na lateral e nenhuma nos fundos do imóvel. "A pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida não tem vez nos elevadores devido à falta de ascensorista; diversas calçadas quebradas e postes de energia em cima das calçadas; rampa de acesso no último piso sem os parâmetros da norma 9050; o último andar tem o nível do piso diferente do elevador e a maior parte da calçada é tomada por mato e sujeira.

A ação destaca que a situação do Shopping da Ilha e seu entorno já perdura por mais de seis anos. Ainda assim, os responsáveis têm se mostrado desinteressados em promover voluntariamente as obras para alcançar esse fim. "Frente a desídia dos motivadores em promover as adequações de seu espaço, imperiosa é a imediata concessão de medida antecipatória que obrigue a mesma a realizar os ajustes necessários à eliminação de qualquer barreira ao trânsito de portadores de deficiências ou com mobilidade reduzida", relata o autor.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

CLEONES CUNHA LANÇA LIVRO NESTA SEXTA

Livro é reedição do "Código de Divisão e Organização Judiciárias do Maranhão" P. 6

Divulgação

Alterações da organização **JUDICIÁRIA** do Maranhão em publicação

Desembargador Cleones Cunha lança hoje, às 12h, na Associação dos Magistrados do Maranhão, reedição do "Código de Divisão e Organização Judiciárias do Maranhão"

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Livro traz leis estaduais do Poder Judiciário do Maranhão

A 5ª edição do livro "Código de Divisão e Organização Judiciárias do Maranhão", que versa sobre normas de organização que regulam o funcionamento e a estrutura do Poder Judiciário ganharam atualizações e anotações do desembargador do Tribunal de Justiça (TJ), Cleones Cunha. O lançamento será hoje, às 12h, na Associação dos Magistrados do Maranhão (Calhau).

A obra, uma fonte de pesquisa confiável e atualizada para advogados, magistrados, defensores públicos e demais operadores do Direito, visa aprimorar o trabalho desenvolvido pela Justiça Estadual. Na obra, o desembargador sistematizou as alterações posteriores às últimas edições do "Código de Divisão e Organização Judiciárias do Maranhão", facilitando a leitura e o entendimento quanto à aplicação das normas estabelecidas para a organização da Justiça maranhense.

As modificações são provenientes das leis complementares publicadas nos últimos anos. A 5ª edição do livro traz todas as leis estaduais referentes ao Poder Judiciário do Maranhão, em vigência no Estado e organiza, num só instrumento legislativo, as normas relativas ao Judiciário trazendo notas a respeito dos assuntos mais importantes do Código e um índice temático para facilitar a consulta.

A publicação contém inovações, as quais devem ser assimiladas não só por profissionais que participam do cotidiano forense, como também por aqueles que fazem concursos públicos para o Judiciário, quando sempre é solicitado dos candidatos conhecimentos sobre a matéria. As alterações sofridas pelo "Código de Divisão e Organização Judiciárias", nos últimos anos, refletem as necessidades do Poder Judiciário do Maranhão no atendimento dos reclames da população que busca por Justiça.

Além do "Código de Divisão e Organização Judiciárias do Maranhão", o desembargador Cleones Cunha tem outros livros publicados, entre eles "O Poder Judiciário do Maranhão Subsídios para a História do Recrutamento de Juízes e da Organização Judiciária"; "Concurso da Magistratura Maranhense"; "Efeitos Civis do Casamento Religioso no Brasil"; "O Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Maranhão Organização, Notas e Índice", entre outras publicações. ●

Serviço

O quê *Lançamento do livro "Código de Divisão e Organização Judiciárias do Maranhão"* ***Quando*** *Hoje, às 12h* ***Onde*** *Na Associação dos Magistrados do Maranhão (Calhau)*

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Cartórios

Congresso de notários ocorre até hoje, na capital

GERAL 11

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Congresso reúne notários e registradores do Maranhão

Encontro, que prossegue nesta sexta-feira, no Auditório Armando Gaspar - Sebrae Jaracati, promove discussões sobre diversos temas, além de ser espaço de troca de conhecimentos com grandes nomes da área notarial e registral do país

Diego Chaves

Congresso reúne grande número de participantes no Auditório Armando Gaspar - Sebrae Jaracati, em São Luís

Promover e fortalecer discussões sobre diversos temas que envolvem a área notarial e registral do país, além da troca de conhecimentos", é o objetivo do I Congresso de Notários e Registradores do Maranhão, que foi aberto ontem - e prossegue hoje (31) - no Auditório Armando Gaspar - Sebrae Jaracati, em São Luís. O evento reúne mais de 200 participantes.

"É um congresso que traz nomes de grande importância para a atividade notarial e registral no país, e para a Associação dos Titulares de Cartórios do Maranhão (ATC) é um grande prazer porque temos a oportunidade de oferecer melhor capacitação para os titulares de cartórios do estado, de forma que a gente consiga prestar um serviço mais eficaz e célere e com segurança jurídica para a população do Maranhão", afirmou o presidente da Associação dos Titulares de Cartórios do Maranhão, Thiago Estrela.

Conforme programação, ontem os participantes tiveram a oportunidade de conferir palestras com temas importantes como Independência Jurídica e Administrativa dos Notários e Registradores Públicos como o desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, Ricardo Dip. Um dos temas abordados foi o Projeto Extrajudicial como Desafogo do Poder Judiciário com o tabelião de Protesto de Títulos e outros Documentos de Dívida na Comarca de Itamarandiba (MG), Carlos Londe. A Central de Informações do Registro Civil Nacional (CRC Nacional) também esteve presente no Congresso e foi representada pelo supervisor de operações da CRC Nacional, Humberto Briones. Outra palestra que aconteceu foi sobre a Responsabilidade Civil e Administrativa dos Notários e Registradores proferida pelo desembargador do Tribunal de Justiça e São Paulo, Luís Paulo Aliende Ribeiro.

Conquistas

Em 2015, os cartórios foram eleitos uma das instituições mais confiáveis do Brasil, segundo pesquisa realizada pelo Instituo Datafolha. A pesquisa confirmou a confiança que os usuários de cartórios têm, estabelecendo uma média de 7,6 com notas de 0 a 10. A pesquisa mostrou a mudança que está acontecendo na sociedade em relação às serventias extrajudiciais, pois os cartórios começaram a conquistar essa credibilidade com a população pela segurança jurídica transmitida ao longo dos anos através dos serviços oferecidos.

Sobre isto, o superintendente do Instituto de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Maranhão (IEPTB - MA), Christian Carvalho, a média obtida se tratada do reflexo do trabalho desenvolvido pelos cartórios do estado. "Hoje, os cartórios do estado estão compostos de funcionários altamente capacitados para desenvolver as funções do cargo e isso re-

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

SAIBA MAIS

Hoje, o estado dispõe de 281 serventias ativas no estado

flete de forma direta para a confiança de quem utiliza o serviço. Temos trabalhado cada vez mais para atender de forma mais rápida e melhor os nossos usuários, buscando incessantemente a inovação e a desburocratização de pontos que já são considerados obsoletos".

O evento é uma realização da Associação dos Titulares de Cartórios do Maranhão, do Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Maranhão, da Associação dos Titulares de Cartórios do Paraná e da Associação dos Notários e Registradores do Estado do Maranhão, com o apoio do Instituto de Estudos e Protesto de Títulos do Brasil - Seção Minas Gerais, da Associação Nacional dos Registradores de Pessoas Naturais do Estado do Maranhão , do Tribunal de Justiça do Maranhão, através da Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão e da Central Cartórios do Maranhão. ●

VÍDEO NA VERSÃO DIGITAL

oestadoma.com

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

9 mil processos sobre violência contra a mulher tramitam no MA

Taxa de congestionamento (demora no julgamento) supera os 86%, conforme levantamento do Conselho Nacional de Justiça (CNJ); a 2ª Vara Especial de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher de São Luís tem a maior demanda

Divulgação

Mais de 9 mil processos judiciais relacionados a casos de violência doméstica e familiar contra a mulher tramitam no estoque do Poder Judiciário do Maranhão. Esse dado foi contabilizado até o dia 21 de maio deste ano, pelo Portal de Monitoramento da Política de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), e divulgado ontem no site do órgão. A taxa de congestionamento (demora do julgamento) chega a mais de 86%.

Os números de processos pendentes foram coletados na Vara Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de São Luís, que apresenta 3.315 processos em seu estoque e a taxa de congestionamento é de 86,3%; na 2ª Vara Especial de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher do Termo Judiciário de São Luís, com 4.757 demandas processuais em seu estoque e a taxa de demora é de 63,7%; e por último a Vara Especial de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher de Imperatriz, que acumula um total de 1.017 processos em seu estoque. A taxa de congestionamento é de 57,9%.

Ainda conforme o levantamento da plataforma do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em relação à estrutura das unidades exclusivas de Violência Doméstica no ano de 2017, foram constatadas três salas de atendimento privativas, dois Setores Psicossociais Exclusivos, 12 Setores Psicossociais não-exclusivos e três Varas Exclusivas. Sobre os números de profissionais que atuam nessas Varas, são quatro profissionais lotados no Serviço Social, três psicólogos, 38 apoio direto. Nos setores de Pedagogia, Ciências Sociais, Medicina Clínica e Medicina Psiquiatria não houve registro de profissionais.

O Estado entrou em contato com o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) e fez questionamentos sobre esse congestionamento, além de perguntar se já foram adotadas medidas que tornem mais céleres os julgamentos dessas demandas, mas até o fechamento desta edição não foi enviado o posicionamento. ●

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

FIQUE POR DENTRO

Reportagem de **O Estado** publicada no primeiro mês deste ano mostrou 47 casos de feminicídio, que é o Crime Violento Letal Intencional (CVLI) contra a mulher (só pelo fato de ser do sexo feminino), que foram registrados no Maranhão até o dia 24 de dezembro de 2017, de acordo com dados da Secretaria de Segurança Pública do Estado (SSP-MA).

Houve um aumento de 80,7%, em comparação ao ano de 2016, quando 26 ocorrências criminosas dessa natureza foram confirmadas pelo Departamento de Feminicídio, da Superintendência de Homicídio e Proteção à Pessoa do Estado (SHPP). Do total, São Luís foi o município maranhense que teve a maior fatia da estatística de feminicídio em 2017: oito casos confirmados.

Em 2016, foram 26 ocorrências. Contudo, a SSP ressalta que, em 2016, não havia a padronização desses registros, podendo existir, com isso uma subnotificação.

Um dos casos de feminicídio que está inserido na estatística de 2017 e que comoveu todo o estado foi a morte da criança Alanna Ludmila, de 10 anos. Alanna foi estuprada e morta pelo ex-padrasto, Robert Serejo Oliveira, que não aceitava o pedido de separação por parte da mãe da vítima. Alanna ficou desaparecida por dois dias. Na manhã da sexta-feira, 3 de novembro, o corpo de Alanna foi encontrado por um vizinho no quintal da própria residência, no bairro do Maiobão, em Paço do Lumiar, na Grande São Luís. Outro caso que também repercutiu na cidade foi a morte de Dayane Sousa dos Santos, de 25 anos, que foi assassinada a facadas pelo companheiro na frente dos três filhos. O crime ocorreu no dia 9 de setembro no condomínio Eco Park III, no Anil, em São Luís, onde o casal residia. O autor, Joel Magno Siqueira dos Santos, de 40 anos, ainda tentou fugir depois do crime, mas foi encontrado pela polícia. Joel foi autuado em flagrante na Delegacia de Homicídios e está preso.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

NAS RUAS

O BANDO HAVIA SIDO PRESO NA ÚLTIMA TERÇA-FEIRA, DURANTE A OPERAÇÃO "DOMÍNIO"

Justiça manda soltar cinco suspeitos de ligação com tráfico e homicídios

A Justiça mandou soltar os cinco suspeitos de tráfico de drogas e homicídios, que foram presos na última terça-feira (28), durante a operação "Domínio", desencadeada pela Polícia Civil, por meio da Delegacia de Homicídios de Imperatriz (SHPP) e da Delegacia de Repressão ao Narcotráfico de Imperatriz (Senarc), com a participação da Polícia Civil do Tocantins e da Polícia Militar do Maranhão. As prisões e apreensões foram estivadas nos bairros Leandra e Caema, periferia de Imperatriz.

Os suspeitos presos foram: Josué Gomes da Silva, Claudinei Pereira Lima e Lucas Macedo Oliveira, que tinham Mandados de Prisões em aberto, expedidos pela Justiça, em decorrência de condenação por tráfico de entorpecentes, além de Elisnai Sousa Silva e Jhonatan Lima dos Anjos, suspeitos de terem ligação com a organização criminosa PCC.

Conforme termo de Audiência de Custódia, a defesa alegou que os autuados possuem residência fixa, bons antecedentes criminais e requereu a ampliação das medidas alternativas de prisão, como comparecimento mensal em juízo para justificar as atividades. Além disso, ficou determinado a proibição de mudar de endereço sem informar a Justiça e uso de tornozeleira eletrônica.

A Audiência de Custódia que resultou na soltura do bando foi presidida pelo juiz José Jorge Figueiredo dos Anjos Júnior, durante Audiência de Custódia, realizada na Comarca de Imperatriz.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

LANÇAMENTO DO ROMANCE O LABIRINTO DOS SONHOS'

O escritor maranhense Fernando Reis reuniu amigos, familiares, imprensa escritores e amantes da literatura para o Lançamento do romance 'O labirinto dos Sonhos'. O evento aconteceu na noite do dia 27/08 na AMEI no Shopping São Luís, na ocasião foi apresentado teeases e o book trailer do livro e em seguida, a sessão de autógrafos. Noite memorável.

O escritor Fernando Reis falado de seu romance

A juíza auxiliar da corregedoria Stela Muniz e o escritor Fernando Reis

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

CINCO MESES DE BICO CALADO

LUIS FERNANDO: O DITADOR DE RIBAMAR

"Ditador de Ribamar" perde na Justiça e Rádio Itapiracó volta ao ar

O empresário Manoel Michel João Pinheiro, com o apoio do advogado Ancarlos Araújo Rodrigues da Silva, obteve mais uma importante vitória no jogo de queda de braço que travava com o prefeito do município de São José de Ribamar, Luis Fernando Silva (PSDB). O juiz Celso Orlando Aranha Pinheiro, titular da 1ª Vara Cível de São José de Ribamar, emitiu nova sentença determinando a imediata desinterdição da Rádio Via Cabo Itapiracó, no Parque Vitória, bairro ribamarense localizado na chamada região limítrofe com a capital São Luís. PÁGINA 3

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

APÓS CINCO MESES

Justiça determina liberação da Rádio Itapiracó que o "Ditador de Ribamar" mandou fechar

O empresário Manoel Michel João Pinheiro, com o apoio do advogado Ancarlos Araújo Rodrigues da Silva, obteve mais uma importante vitória no jogo de queda de braço que travava com o prefeito do município de São José de Ribamar, Luis Fernando Silva (PSDB).

O juiz Celso Orlando Aranha Pinheiro, titular da 1ª Vara Cível de São José de Ribamar, emitiu nova sentença determinando a imediata desinterdição da Rádio Via Cabo Itapiracó, no Parque Vitória, bairro ribamarense localizado na chamada região limítrofe com a capital São Luís.

De acordo com o magistrado, o município deve usufruir do poder constitucional de fiscalizar e cobrar tributos. No entanto, não pode violar o direito líquido do impetrante.

O veículo de comunicação, que já opera na cidade do santo padroeiro do Maranhão há mais de 15 anos, está fechado desde o mês de março após uma operação realizada pela Secretaria Municipal da Receita e Fiscalização Urbanística, que justificou o ato alegando inadimplência no pagamento de tributos por parte de Manoel Michel, seu proprietário.

O EMPRESÁRIO MANOEL MICHEL VENCEU A BATALHA CONTRA O "DITADOR DE RIBAMAR"

O empresário, que garante não dever nenhum centavo ao município referente ao licenciamento da Rádio, é, hoje, desafeto político de Luis Fernando, situação bem diferente das duas primeiras gestões do tucano (2005/08 e 2009/10), quando a Itapiracó funcionou sem sofrer nenhum tipo de retaliação por parte do poder público municipal.

Michel caiu em desgraça com o prefeito devido ao fato de integrar um movimento que cobra constantemente melhorias para bairros ribamarenses situados na região limítrofe e que defende, inclusive, a emancipação política e administrativa de um território já denominado de Vitória do Araçagi.

Em maio, Celso Orlando já havia determinado a reabertura da Rádio.

No entanto, sua decisão foi contestada pelo presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, que atendeu mandado de segurança impetrado pela procuradoria do município.

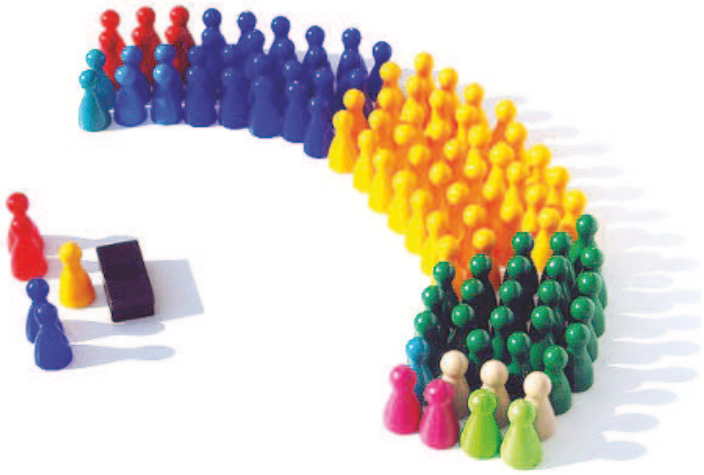
JJ é pai do empresário Karlos Parabuçu Santos Figueiredo dos Anjos (PSL), o Pará Figueiredo, postulante ao cargo de deputado estadual e que integraria uma cooperativa de candidatos que estaria definida para receber, de forma discreta e na surdina, o apoio do prefeito.

No início desta semana, em uma nova manifestação sobre o caso, o promotor de Justiça Márcio José Bezerra Cruz, da Comarca de São José de Ribamar, emitiu parecer no qual também opinou pela desinterdição da Rádio.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Brisa de intolerância

ANTÔNIO CARLOS LUA
ADVOGADO E JORNALISTA



Paira na atmosfera eleitoral uma brisa de intolerância cravada na irracionalidade e no menosprezo em relação aos valores condensados no conceito de democracia, numa abstração impossível de se encontrar em qualquer atividade humana.

Nenhuma democracia é compatível com os projetos e os interesses colocados agora na disputa eleitoral. Eles estão distantes do consenso básico da democracia e colocam novamente o povo no caminho da frustração e desilusão.

A retórica adotada no processo eleitoral nega por completo o que é inextricavelmente imperfeito e limitado, com os políticos perdendo por completo a noção adequada da realidade, contribuindo para o nefasto rebaixamento da disputa eleitoral.

Em um momento, nos deparamos com a moralização do discurso político, com sérios defeitos de julgamento, numa pureza inexistente mesmo no mais recluso dos mosteiros beneditinos.. Em outro, observamos a injustiça com a política, sendo a mesma analisada e diagnosticada a partir de uma perspectiva exclusivamente detratora.

Essa é a causa da recusa explícita ou implícita dos cidadãos em participar das escolhas de representantes, entendendo que a política é meio impróprio para cidadãos honestos, com os personagens que habitam, no momento, o mundo político.

Isso é preocupante. Apesar de toda a decepção com a política, o abandono dela não é a solução. Na verdade, é a raiz de muitos males. Quanto mais a política é deixada de lado pelos cidadãos, menos ela serve aos interesses públicos.

Sem a participação do povo, a representação política fica sob monopólio de desonestos que se tornam seus únicos protagonistas, 'donos' de suas regras e de seus resultados, embora pedindo muito e dando muito pouco em troca.

A política só faz sentido quando os cidadãos agem unidos e organizados, compreendendo que ela é um sítio de convivência social, onde todos estão imersos como sujeitos, sendo afetados direta ou indiretamente.

A política está entre os homens, é de alguém com os outros. Isso é imperativo nas sociedades plurais, com diversos interesses em jogo. Ela não pode ser exclusividade de castas e sim ambiente de convivência e comunicação de cidadãos diferentes na sociedade.

Ademais, a política deve sempre interessar a todos, pois é dela que o status de cidadão ganha concretude. É na política que podemos escolher, avaliar, criticar e reprovar nossos representantes, bem como interferir na gestão da coisa pública.

Isso não implica que os cidadãos devam se filiar a partidos políticos. O que eles devem fazer é se comprometer com o público e encontrar meios que preencham a distância entre a comunidade e o poder.

Em tempos de desilusão com a política, o discurso apolítico soa encantador. Todavia, isso é mais alienação. A vida política tem que existir. É nela que os cidadãos alcançam Justiça.

É por meio da política que os brasileiros podem impedir que corruptos se instalem no poder público.

Em vez de menos política, devemos buscar mais política, porque só assim poderemos ser agentes de transformação da realidade que nos cerca.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

31 de agosto de 2017

Nessa data, **O Imparcial** trouxe como manchete: **Justiça derruba lei que proíbe Uber em São Luís.** Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) suspendeu o efeito da lei municipal que inviabilizava o uso doaplicativo Uber em São Luís. No despacho do desembargador Marcelo Carvalho, ele destacou que proibir os serviços que partem do uso do aplicativo não é saudável para o mercado.

O IMPARCIAL

EMPREGO
Salários de R$ 6,1 mil na Ambev

MÃOS LIMPAS
"A verdade venceu"

Fufuca virou verbo

TÁ LIBERADO!

Justiça derruba lei que proíbe Uber em São Luís

Obras do Asfalto na Rua avançam

Namorado é preso por tentativa de feminicídio

"Bonito" para festa do padroeiro

ESPORTES

HOJE TEM

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico SRP nº 48/2018
Processo nº 36653/2018

Objeto: Registro de preços para contratação de empresa para prestação de serviços continuados de agenciamento de passagens aéreas nacionais e internacionais, compreendendo reserva, emissão, marcação e remarcação, incluindo a franquia de bagagem de 23 kg, para atender às demandas do Poder Judiciário do Estado do Maranhão; **Abertura:** 14/09/2018 às 09:00h (horário de Brasília); **Local:** www.comprasgovernamentais.gov.br; Informações: Coordenadoria de Licitação e Contratos, Rua do Egito, nº 144, Centro, São Luís/MA. **CEP:** 65.010-190; **E-mail:** colicitacao@tjma.jus.br. **Fone:** (98) 3261-6181.

São Luís/MA, 29 de agosto de 2018. Kátia Araujo Gonçalves - Pregoeira do TJMA.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Fora da Pauta

Willian Marinho
williamarinho@hotmail.com

Impugnados

A coluna já chamou a atenção e repete: não há candidato das eleições deste ano impugnado ou que teve seu registro indeferido. O que há são pedidos formulados por candidatos, coligações e Procuradoria Regional Eleitoral, alegando problemas encontrados no histórico dos candidatos, como contas reprovadas no TCU e TCE ou de colegiados, como o TJ-MA. Alguns com erros já corrigidos e que ainda não foram excluídos da relação de gestores inelegíveis.

Único

De todos os mais de 400 candidatos que solicitaram registro de candidaturas, especialmente entre os que disputam as duas vagas no Senado, apenas o senador Lobão teve deferido o registro até ontem, ao meio dia. As sessões do TRE são lentas e apenas três vezes por semana. Quando o candidato não tem pedido de impugnação, é mais rápida a análise e liberação. Agora, quando há pedidos, a Corte começa a julgar, pede à defesa que se manifeste e os advogados têm sete dias para argumentarem.

Setembro

O certo é que até o dia 17 de setembro todos os pedidos de registros ou de impugnações deverão ser julgados, ficando a partir desta data aqueles que se sentirem prejudicados a recorrem ao TSE e ainda podendo recorrer ao STF.

Embargos

De todos os candidatos, o único que está inelegível é o governador Flávio Dino, mas ele já entrou com embargos declaratórios como recurso contra a decisão da juíza de Coroatá, que o tornou inelegível. Como está com recursos e sem data para ser apreciado pela corte eleitoral regional, ele vai fazendo sua campanha normalmente até esgotarem seus recursos.

Inelegível

Quem também se tornou inelegível foi o ex-secretário de Saúde, Ricardo Murad, que foi condenado por um juiz da cidade de Coroatá por firmar convênios com o município no período vedado. O TRE manteve a decisão do juiz singular e, com isso, ele ficou inelegível.

Continuam

Desta forma, embora com pedidos de impugnação, tanto Sebastião Madeira quanto Rosângela Curado continuam candidatíssimos e vão fazendo suas campanhas. Eles nem mesmo receberam a notificação para defesa no TRE sobre o pedido do procurador eleitoral.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Justiça manda soltar acusados de tráfico e homicídios

Três dos cinco presos quarta-feira foram colocados em liberdade em audiência de custódia *P8c1*

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Justiça determina soltura de três dos cinco presos na quarta-feira em Imperatriz

A prisão de Josué Gomes da Silva, vulgo 'Bah'; Elisnai Sousa Silva, o 'Neguinho', e Jhonatan Lima dos Anjos, vulgo 'Equilíbrio' ou 'Coroa', não demorou 24 horas. Todos foram colocados em liberdade nessa quinta-feira (30), durante Audiência de Custódia, por determinação do juiz José Jorge Figueiredo dos Anjos Júnior.

Na terça-feira, foram presos cinco criminosos. Além dos três colocados em liberdade, tinham sido presos Claudinei Pereira Lima, o 'Dinei', e Lucas Macedo de Oliveira, o 'Playboy', pela operação 'Domínio', que foi desencadeada por policiais civis e militares de Imperatriz, Centro Tático Aéreo e Polícia Civil do Tocantins. Claudinei e Lucas não foram colocados em liberdade porque já respondiam a outros crimes, inclusive com sentença transitada em julgado.

As prisões e apreensões foram feitas nos bairros Leandra e Caema, em Imperatriz, e todos têm ligações com a organização criminosa Primeiro Comando da Capital - PCC, respondem por vários crimes, entre tráfico de drogas, homicídios, tentativa de homicídio e assaltos. Claudinei Pereira Lima, o 'Dinei', foi reconhecido por um policial do 3º BPM como sendo o que o assaltou, roubando a pistola ponto 40, além de ter alvejado o policial. A pistola foi encontrada com ele. Lucas Macedo Oliveira tem sentença por tráfico de droga, transitada em julgado, e os demais são acusados de vários homicídios em Imperatriz, dois deles cometidos há cerca de 10 dias, cujas vítimas foram Daniel e Janailson, este conhecido por 'Goninha'. Os corpos foram jogados no rio Tocantins e resgatados dias depois.

A defesa alegou que os acusados têm residência fixa e bons antecedentes criminais e requereu a ampliação das medidas alternativas de prisão, como comparecimento mensal em juízo para justificar as atividades deles, pedido acatado pelo magistrado. Os bandidos foram soltos e ficarão sendo monitorados por tornozeleira eletrônica.

A equipe de policiais da Delegacia de Homicídios e Proteção a Pessoas ficou surpresa com a liberação do bando, já que a formalização foi dentro do que foi descoberto durante as investigações.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Fotos: Arquivo/O PROGRESSO

Josué Gomes, vulgo 'Bah'; Elisnai Silva, o 'Neguinho', e Jhonatan dos Anjos, vulgo 'Equilíbrio' ou 'Coroa', estão em liberdade

Lucas Macedo, o 'Playboy', e Claudinei Lima, o 'Dinei', continuam presos

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Prefeitura e Justiça buscam solução para regularização do bairro Santa Luzia

Representantes da Prefeitura de Imperatriz participaram, na manhã dessa quinta-feira, 30, de audiência realizada na sala de reuniões da 4ª Vara Cível, com membros do Poder Judiciário, Defensoria Pública e Ministério Público Estadual, com o objetivo de buscar solução para os moradores da Comunidade Santa Luzia.

A audiência foi intermediada pela titular da Vara Cível, Ana Beatriz Jorge de Carvalho Maia, que ouviu as partes envolvidas, a começar pelo secretário de Regularização Fundiária, Alcemir Costa, que entregou à magistrada laudos produzidos pelas secretarias de governo envolvidas na questão.

De acordo com os documentos, algumas famílias se instalaram irregularmente em Área de Preservação Ambiental - APP, razão em que os imóveis não podem receber seus títulos definitivos. Alcemir Costa informou que já teve reunião com o prefeito Assis Ramos e o promotor Jadilson Cirqueira em busca desse entendimento.

"Hoje é um dia alegre para a Serf e para as 667 famílias do Santa Luzia. Conseguimos em audiência a homologação judicial do processo. O bairro aguardava sentença há cinco anos. A audiência fora de pauta só foi possível por intervenção do prefeito Assis", destacou o secretário.

Jadilson Cirqueira afirmou que já esteve na Comunidade Santa Luzia, área localizada entre a BR-010 e a Vila Cafeteira, em local banhado pelo riacho Capivara. "Comprovamos irregularidades, razão porque as obras ali existentes devem ser embargadas e algumas famílias retiradas e inclusas em projetos sociais".

O titular da Promotoria Especializada em Meio Ambiente solicitou aos representantes da Prefeitura que, no projeto técnico ambiental, haja inclusão da temática urbana para somar com a ambiental. "O Ministério Público tem que conhecer quais os instrumentos de estrutura básica serão ali implantados", afirmou Jadilson Cirqueira.

Acordo foi homologado para que a prefeitura apresente à Justiça, no prazo de 90 dias, projeto técnico ambiental e urbano, para que essas famílias que estão na área de APP sejam retiradas em até dois anos, prazo que pode ser prorrogado por mais dois.

Também participaram da audiência os secretários municipais de Meio Ambiente e Recursos Naturais, Rosa Arruda; Planejamento Urbano, Fidélis Uchôa; e de Infraestrutura, Francisco Pinheiro.

(Domingos Cezar - Ascom)

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Patrícia Araújo

Audiência busca solução para moradores da comunidade Santa Luzia

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Prefeitura e Justiça buscam solução para regularizar bairro Santa Luzia

P6c1

Patrícia Araújo

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Beneficiados por audiência de custódia

CINCO PRESOS POR ENVOLVIMENTO COM PCC SÃO SOLTOS EM MENOS DE 24 HORAS

Foram soltos, em audiência de custódia, que terminou na noite de quarta-feira (29), os cinco suspeitos de integrar o Primeiro Comando da Capital (PCC) que haviam sido capturados na "Operação Domínio", deflagrada em Imperatriz na terça-feira (28). A defesa dos suspeitos alegou ao juiz José Jorge Figueiredo dos Anjos Júnior que eles possuem residência fixa e bons antecedentes criminais.

PÁG. 12 [C1]

FOTOS|DIVULGAÇÃO/PC

"Playboy", "Coroa" ou "Equilíbrio", "Neguinho", "Dinei" e "Bah" foram soltos, apesar de suspeitos da prática de vários crimes

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Beneficiados pela audiência de custódia

Cinco presos em Imperatriz por envolvimento com o PCC são soltos em menos de 24 horas

NELSON MELO

FOTOS|DIVULGAÇÃO/PC

"Playboy", "Coroa" ou "Equilíbrio", "Neguinho", "Dinei" e "Bah" foram soltos, apesar de serem suspeitos pela prática de vários crimes

Foram soltos, em audiência de custódia, que terminou na noite de quarta-feira (29), os cinco suspeitos de integrar o Primeiro Comando da Capital (PCC) que haviam sido capturados na "Operação Domínio", deflagrada em Imperatriz na terça-feira (28). A defesa dos suspeitos alegou ao juiz José Jorge Figueiredo dos Anjos Júnior que eles possuem bons antecedentes criminais e que possuem residência fixa.

Ao final da audiência de custódia, o magistrado, da Comarca de Imperatriz, determinou que os investigados sejam monitorados por tornozeleira eletrônica e os proibiu de mudar de endereço sem autorização judicial.

A OPERAÇÃO

A operação foi deflagrada pelas polícias Civil e Militar, no município de Imperatriz, sudoeste do Maranhão, durante toda a terça-feira (28). O grupo está sendo investigado por uma série de crimes na cidade, incluindo assassinatos de traficantes rivais, cometidos para o controle do tráfico de drogas. Os policiais seguiram ao bairro Leandra, para dar cumprimento a mandados de busca e apreensão e também de prisão preventiva contra Josué Gomes Silva, o "Bah", e Ezaquiel Nascimento e Silva.

Estes dois, considerados os líderes da célula do PCC naquele bairro, são suspeitos do assassinato de Roberto Ricardo Duarte Gomes, em julho do ano passado. Mas, além desta morte, os dois também estão sendo investigados por outras não somente no bairro Leandra, como na localidade Caema e adjacências, sendo que todos esses crimes foram praticados "em decorrência do tráfico de drogas naquela região, para eliminação de concorrentes e ampliação do domínio no comércio de drogas ilícitas" na área.

Durante as incursões, Ezaquiel não foi encontrado, como o delegado frisou, mas Josué Gomes foi capturado. Juntamente com "Bah", também foram presos Claudinei Pereira Lima, o "Dinei"; Lucas Macedo Oliveira, o "Playboy"; Elisnai Sousa Silva, o "Neguinho", e Jhonatan Lima dos Anjos, conhecido como "Equilíbrio" ou "Coroa". "Playboy" era foragido da Justiça, tendo em vista que em seu desfavor há um mandado de prisão por sentença condenatória, referente ao delito de tráfico de entorpecentes.

No decorrer das diligências, os policiais apreenderam diversos materiais, como drogas, duas armas de fogo (revólver calibre 38 e pistola ponto 40) e outros objetos. A pistola pertence a um PM, que teve a arma subtraída em 12 de agosto deste ano durante uma tentativa de latrocínio. Uma embarcação também foi recolhida pelas equipes, sendo que o barco era utilizado pelo PCC para o transporte de entorpecentes pelo Rio Tocantins e, ainda, para a prática de assaltos e homicídios.

O grupo também é suspeito dos assassinatos de Daniel, que foi encontrado no Rio Tocantins com uma pedra amarrada nos pés; Luís Carlos, que foi morto em um "chiqueiro" da Rua Nova, e de "Goninha", cujo cadáver foi achado no Rio Tocantins, em Bela Vista. Gustavo assinalou que os integrantes do PCC estavam matando ou expulsando os traficantes mais antigos da região que não queriam se filiar à facção.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Pinheiro

MPMA realiza Seminário sobre Municipalização do Trânsito

Foi realizado nessa quinta-feira, 30, em Pinheiro, no auditório do Centro Cultural, o seminário sobre Municipalização do Trânsito, que faz parte da campanha "Todos pela vida no Trânsito – a preferência é da vida".

Participaram representantes dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, promotores de justiça, defensores públicos, operadores do direito, policiais e toda sociedade civil pinheirense.

A campanha é iniciativa do Ministério Público do Maranhão, em parceria com o Poder Judiciário, Governo do Estado do Maranhão, por meio do Departamento Estadual de Trânsito (Detran), Assembleia Legislativa, Polícia Militar, Polícia Rodoviária Federal, Federação dos Municípios do Estado do Maranhão (Famem), Conselho Estadual de Trânsito, Observatório do Trânsito e campanha SOS Vida.

Pinheiro é o quinto município a realizar o seminário. A campanha já foi lançada em São Luís, no final de 2017, e nas cidades de Imperatriz, Presidente Dutra e Balsas. O procurador-geral de justiça, Luiz Gonzaga Martins Coelho, deu as boas-vindas aos presentes e destacou a importância da discussão sobre os problemas do trânsito. "Todos nós temos responsabilidades compartilhadas. Vamos nos unir em prol dessa causa, para que possamos construir uma sociedade melhor".

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Desembargadores do TJMA participam de Seminário sobre Ciências Criminais em SP

Os desembargadores Jaime Ferreira de Araújo, Bayma Araújo, José Bernardo Rodrigues, João Santana, José Luiz Almeida, Raimundo Melo, Tyrone Silva e o juiz Raimundo Bogéa estão participando, em São Paulo (SP), do 24º Seminário Internacional de Ciências Criminais, o maior encontro do gênero na América Latina, que reúne juristas de vários países e especialistas em ciências criminais, até hoje (31).

O seminário aborda temas como racismo e sistema de justiça criminal, além de discussões sobre crimes eleitorais, direito penal e autoritarismo e o papel do direito penal na crise socioeconômica.

Temas atuais, como crimes na internet e o acesso a dados em segurança pública, também integram a programação, que conta ainda com painéis sobre justiça juvenil, criminologia e gênero e erros judiciários.

Também serão realizadas mesas específicas sobre direito penal econômico, com discussões sobre ética empresarial e responsabilidade criminal, crimes financeiros e cooperação internacional e lavagem de dinheiro.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Encerra hoje o 1º Congresso de Notários e registradores do MA

LUCIENE VIEIRA

GILSON FERREIRA

Primeiro dia do evento foi marcado pela palestra do desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, Dr. Ricardo Dip

Para dar apoio técnico aos titulares dos 281 cartórios em todo Maranhão, teve início ontem (30) e encerra hoje (31) o 1º Congresso de Notários e Registradores do Maranhão, no Sebrae, no bairro do Jaracaty.

"A importância do Congresso é trazer temas que estão no dia a dia da população maranhense, para que a gente possa se aperfeiçoar e fazer aplicação desses temas nos cartórios", informou Thiago Estrela, que é presidente da Associação dos Titulares de Cartórios do Maranhão.

Loteamentos irregulares, usucapião extrajudicial, contratos marítimos de embarcações, foram alguns exemplos dados por Thiago Estrela de temas que influenciam as pessoas, que se utilizam ou que algum dia precisará de um cartório. "Muitas vezes, o cartório é o 'único braço' do Estado que o cidadão tem acesso direto, porque ele está presente em todos os municípios do país. Às vezes, uma cidade não tem um juiz, um promotor, mas tem um cartório", enfatizou o presidente da Associação dos Titulares de Cartórios do Maranhão.

Aqui no estado, conforme Thiago Estrela, há a central de cartórios, que é uma plataforma eletrônica, em que todos os cartórios do estado estão interligados. Então, uma pessoa que está em São Luís, e precisa de uma certidão de Imperatriz, por exemplo, ela não precisa ir a Imperatriz, ou solicitar que a documentação venha pelos Correios, basta solicitá-lo pela plataforma digital. "É só fazer a impressão do documento, que já terá validade jurídica. É uma novidade e uma realidade", disse Estrela.

O evento é uma realização da Associação dos Titulares de Cartórios do Maranhão (ATC/MA), do Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil – Seção Maranhão (IEPTB/MA), da Associação dos Titulares de Cartórios do Paraná (ATC/PR) e da Associação dos Notários e Registradores do Estado do Maranhão (Anoreg/MA), com o apoio do Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil – Seção Minas Gerais (IEPTB/MG), da Associação Nacional dos Registradores de Pessoas Naturais do Estado do Maranhão (Arpen/MA), do Tribunal de Justiça do Maranhão, através da Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão e da Central Cartórios Maranhão.

Ontem, primeiro dia do evento, foi realizada a palestra "Independência Jurídica e Administrativa dos Notários e Registradores Públicos" com o Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, Dr. Ricardo Dip.

Já hoje, último dia do congresso, os participantes irão participar de palestras com temas sobre Usucapião Extrajudicial com o Doutor em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Oficial de Registro de Imóveis no Estado de São Paulo, Leonardo Brandelli. Sobre Gestão de Servetias Extrajudiciais com o administrador com mestrado em Engenharia de Produção, Rodrigo do Nascimento Moraes; sobre o Papel dos Notários nas transações de embarcações com o sétimo tabelião de notas e oficial de registro de contratos marítimos de São Luís-MA, Gustavo Dal Molin.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Concurso

O juiz Douglas Martins, da Vara de Interesses Difusos e Coletivos, profere, dia 14 de setembro, palestra para os servidores da Câmara Municipal de São Luis, sobre o concurso público que o Poder Legislativo deve realizar atendendo a um ajustamento de conduta entre a Câmara e Judiciário. O evento é promovido pelo Sindicato dos Servidores Públicos dos Poderes Legislativos do Estado do Maranhão com o objetivo de orientar os funcionários sobre como ficará a situação deles após a seleção.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Shopping da Ilha deve melhorar acesso para pessoas com deficiência

A Vara de Interesses Difusos e Coletivos da Comarca da Ilha realizou na quarta-feira (29) uma audiência de conciliação, envolvendo representantes da Sá Cavalcanti Participações, Shopping da Ilha, Companhia Energética do Maranhão (Cemar), e Município de São Luís, demandados em ação popular ajuizada por uma pessoa com deficiência, também presente à audiência. Na audiência, presidida pela juíza Alessandra Arcangeli (respondendo pela unidade judicial) ficou acordado que a Cemar e o Shopping da Ilha se comprometeram a, no prazo de 15 dias, protocolarem junto ao Município de São Luís (Semurh) projeto/relatório de adequação técnica de acordo com a NBR 9050, que estabelece critérios e parâmetros técnicos quanto ao projeto, construção, instalação e adaptação do meio urbano e rural, e de edificações às condições de acessibilidade.

Ficou acertado, ainda, que o Shopping da Ilha submeterá ao Município de São Luís, no mesmo prazo, o projeto arquitetônico atual da edificação, a fim de que o órgão competente municipal analise a edificação de acordo com as normas técnicas sobre acessibilidade. O Município de São Luís, por sua vez, se compromete a, no prazo de 30 dias, analisar o projeto/relatório apresentado pela Cemar, Shopping da Ilha e Espaço Reserva (Sá Cavalcante), oportunidade em que deverá apontar quais itens devem ser regularizados/reparados, a fim de que se adéquem às normas técnicas sobre acessibilidade ao shopping.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo